

## Trajetórias administrativas dos governadores da capitania do Rio de Janeiro (1710-1763)

Administrative trajectories of the governors of the captaincy of Rio de Janeiro  
(1710-1763)

Mônica da Silva Ribeiro\*

**Resumo:** O presente artigo tem como intuito analisar os governadores nomeados para administrarem o Rio de Janeiro entre 1710 e 1763, buscando perceber, através de seus perfis sociais e de suas trajetórias, o acrescentamento político do cargo em questão e a centralidade da capitania fluminense. Nessa perspectiva, estudar as qualificações sociais e as carreiras dos governadores titulares do Rio de Janeiro, nas décadas delimitadas, nos possibilitará melhor compreender a dinâmica que a Coroa portuguesa – através da escolha de seus representantes régios – procurou colocar em prática, nesse território do ultramar.

**Palavras-chave:** trajetórias administrativas; Rio de Janeiro; século XVIII.

**Abstract:** The purpose of this article is to analyze the governors of Rio de Janeiro between 1710 and 1763, seeking to understand, through their social profiles and their trajectories, the political position and the centrality of Rio de Janeiro. In this perspective, studying social qualifications and careers of titular governors of Rio de Janeiro in the decades that have elapsed, will enable us to better understand the dynamics that Portuguese Crown - through the choice of their royal representatives - sought to put into practice in this territory.

**Keywords:** administrative trajectories; Rio de Janeiro; XVIII century.

A descoberta do ouro, na década de 1690, fez com que a importância do Rio de Janeiro no Atlântico Sul, e no Império português como um todo, se tornasse ainda maior,

---

\* Professora de História Moderna da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

modificando a posição da capitania no cenário governativo imperial. Foi um dos fatores representativos para se compreender as mudanças ocorridas nas rotas comerciais e, de maneira mais ampla, na dinâmica imperial, que constituía e interligava as redes das mais diversas regiões do ultramar entre si e com o centro.

Com os metais preciosos, o Império luso sofreu diversas e importantes modificações políticas e econômicas. É possível destacar, basicamente, duas conjunturas principais na economia portuguesa do século XVIII, determinadas pelo ouro. A primeira conjuntura pode ser notada até por volta do ano de 1760, se caracterizando por apresentar boas condições de comércio que se refletiram nas rendas públicas. É esse o período que vamos trabalhar neste artigo.

A segunda conjuntura ocorreu, primordialmente, após 1760, com a crise econômica devido ao declínio do ouro, que levou a adoção de uma série de medidas decretadas durante o governo de D. José I e do Marquês de Pombal, que fez com que ressurgisse a ideia das companhias privilegiadas de comércio; além do crescente estímulo de medidas protecionistas na metalurgia e na manufatura.

As finanças lusitanas entre 1700 e 1810, segundo António Manuel Hespanha, dependiam muito das rendas da América portuguesa, que ganham, no geral, “uma importância decisiva. Uma delas é a do tabaco. Outra, os <<quintos>> do ouro e diamantes” (HESPANHA, 1993, p. 236).

Além da região das Minas, o sul da América lusa, especialmente a partir da segunda metade dos Setecentos, representava uma região central para os interesses lusitanos, pois conectava-se com a América espanhola, e favorecia a ligação com o continente africano. Para além da questão comercial, merece destaque também as disputas territoriais travadas nessa área, entre portugueses e espanhóis, que começaram no fim do século XVII, com a fundação da Colônia do Sacramento, e intensificaram-se após o Tratado de Madri, em 1750. A delimitação das fronteiras meridionais tornou-se um dos principais problemas a ser resolvido no período.

A capitania do Rio de Janeiro funcionava como ponto de ligação entre as Minas e o Sul, e passou então a atuar, cada vez mais, como centro político e administrativo, e pólo comercial e econômico. Com isso, a importância de seu governador foi crescendo sobremaneira, especialmente a partir do reinado de D. João V. Esse estratégico território precisava ter um representante régio que fosse capaz de atender as mais importantes demandas, relativas à defesa das terras, demarcação de fronteiras e fiscalização e arrecadação dos metais preciosos.

Nesse contexto de mudanças do século XVIII, o Império português voltava-se cada vez mais para a América e, como destaca Russell-Wood, acentuava-se a autoridade dos governadores das capitanias (RUSSELL-WOOD, 1998a, p. 233). Percebe-se, a partir de então, também “uma significativa alteração no perfil dos homens que vieram a ocupar o cargo no Brasil, sistematicamente arregimentados no interior da nobreza titulada” (GOUVÊA, 2001, p. 303), tanto no que diz respeito aos governadores gerais, quanto em relação aos governadores das capitanias mais importantes.

Nuno Gonçalo Monteiro também percebe uma modificação no perfil dos governadores ao longo do tempo, mostrando que do século XVII para o XVIII ocorreu uma aristocratização dos recrutados, tanto nas capitanias principais quanto nas subordinadas. O historiador constata ainda que, a partir de 1720, as nomeações dos governadores passavam cada vez menos pelo Conselho Ultramarino. Nesse sentido, quanto mais relevante fosse a capitania para a Coroa, mais cedo os concursos de seleção deixavam de acontecer, aumentando, assim, a indicação direta do rei (MONTEIRO, 2005, pp. 100-104).

Além da nobreza, Dauril Alden salienta algumas outras qualidades que eram significativas para que o indivíduo fosse indicado para o cargo de governador: ser responsável, prudente e experiente em guerras (ALDEN, 1968, pp. 3-4). Era ideal ainda que não fosse muito jovem, pois, cada vez mais, a alargada experimentação em diferentes postos e/ou regiões do Império tornava-se fundamental para conduzir uma capitania.

Russell-Wood afirma que se levava em consideração a importância das ligações familiares, a personalidade do candidato e a estima gozada por ele e por sua família junto à Corte (RUSSELL-WOOD, 1998b, p. 187). Outro atributo relevante, destacado por Maria de Fátima Gouvêa, era a circulação dessas pessoas por diferentes partes do Império, o que tornava os servidores mais experientes e mais capacitados para enfrentar os problemas que iriam surgir (GOUVÊA, 2001, pp. 308-309). Apesar do perfil indicado, sabemos que não havia critérios universais para a escolha desse representante régio, e que variava de acordo com o prestígio da capitania, o que refletia em hierarquias nos perfis dos homens escolhidos para governarem as diferentes capitanias do Império português, como nos mostra Mafalda Soares da Cunha (2005).

Nesse contexto, devemos ressaltar também as mudanças no Estado moderno no início do século XVIII, quando o rei passou a aglutinar um conjunto cada vez mais amplo de poderes, além de se estabelecer uma burocracia bastante diversificada e uma complexidade crescente do aparato político. Nesse sentido, a escolha dos governadores das principais capitanias do Império seria um exemplo dessas transformações, pois “seguia um padrão determinado pelas necessidades políticas. Os governantes e vice-reis provinham,

em sua maioria, do mesmo grupo, e tinham características semelhantes, porque acreditava-se seriam aqueles que melhor serviriam aos interesses da Coroa” (PEREIRA, 2009, p. 205).

A partir dessas proposições, torna-se fundamental, então, conhecer melhor as trajetórias e os perfis dos governadores titulares de uma das capitanias principais da América lusa – a do Rio de Janeiro – em um contexto de mudanças políticas e econômicas no Império português, buscando perceber como esses indivíduos refletiam essas transformações. A intenção é apresentar, mesmo que superficialmente, o perfil dos homens que estavam sendo escolhidos, notar se esse perfil passou a ser mais especializado, e se há diferenciações ou similaridades entre esses representantes régios ao longo das décadas a serem analisadas.

A análise de perfis sociais e trajetórias administrativas de representantes régios e/ou locais, no Império português do período moderno, tem sido bastante explorada pela historiografia ultimamente, o que demonstra a atualidade do tema. Entre os autores que escreveram trabalhos fundamentais sobre a temática, cabe destacar Francisco Carlos Cardoso Cosentino, que tem diversos estudos, especialmente sobre governadores gerais.

Nesse sentido, cabe destacar o seu livro *Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII): ofícios, regimentos, governação e trajetórias*, no qual Francisco Cosentino dedica dois capítulos da segunda parte da obra a discutir as carreiras e as trajetórias de Tomé de Sousa, Francisco Giraldes, Gaspar de Sousa, Diogo de Mendonça Furtado e Roque da Costa Barreto (COSENTINO, 2009, pp. 135-199).

Um ano antes da publicação do livro, Francisco Cosentino já havia publicado importante artigo nos Anais do II Encontro Internacional de História Colonial, realizado na cidade de Natal, tratando do perfil social dos governadores gerais, entre 1640 e 1705, como diz o título da comunicação, e destacando características centrais desses administradores régios, seus serviços prestados e suas trajetórias de enobrecimento (COSENTINO, 2008).

O falecimento prematuro e inesperado de Francisco Cosentino interrompeu a continuação de seus estudos e sua brilhante carreira, mas esse ano tivemos a publicação de um artigo, que ele já tinha escrito, em conjunto com Mafalda Soares da Cunha, António Castro Nunes e Ronald Raminelli, denominado *Governadores reinóis e ultramarinos*, no qual podemos perceber, mais uma vez, a riqueza argumentativa e documental do seu trabalho, com destaque, nesse caso, para a análise das correspondências dos governadores, e a importância da comunicação política no Império português moderno (COSENTINO; CUNHA; NUNES; RAMINELLI, 2017, pp. 299-334).

Poderíamos citar diversos outros textos, comunicações e artigos de Francisco Cosentino que abordam o tema das trajetórias e dos perfis de governantes na América portuguesa, mas o que mais nos interessa aqui é perceber a relevância da sua pesquisa na área, e buscar colaborar para a continuação dos estudos historiográficos sobre essa matéria.

Sobre trajetórias administrativas na capitania fluminense, na primeira metade dos Setecentos, há o estudo de Victor Hugo Abril, que analisa os governadores interinos, mas esses indivíduos não serão analisados nesse artigo. O referido trabalho foca, justamente, nos momentos em que os governadores titulares – que são os que pretendemos estudar – se ausentavam (ABRIL, 2015).

Existe também uma tese que trata de um dos governadores do Rio de Janeiro, na virada do século XVII para o XVIII – Artur de Sá e Meneses –, mas a perspectiva de análise da autora Denise Vieira Demetrio é diferente da nossa: a intenção dela é analisar a relação desse governador com Martim Correia Vasques, que foi governador interino do Rio de Janeiro (DEMETRIO, 2014).

Além desses, temos, sobre perfis e trajetórias, para outras localidades, temporalidades e cargos, trabalhos imprescindíveis como os de Fabiano Vilaça dos Santos, que trata do Estado do Grão-Pará e Maranhão, entre 1751 e 1780 (SANTOS, 2011), e estudos em desenvolvimento como os de Leonardo Paiva de Oliveira, mestrando da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que está analisando capitães-mores do Rio Grande e do Ceará, entre 1656-1755 (OLIVEIRA, 2016), entre outros.

Não obstante o incremento de estudos sobre as trajetórias administrativas no Império português, notamos que a historiografia ainda carece de trabalhos a respeito de diversos cargos, em muitos recortes temporais e espaciais, como é o caso dos governadores titulares da capitania do Rio de Janeiro, entre 1710 e 1763. Nesse sentido, o artigo propõe-se a trazer uma contribuição original a esses estudos. Contudo, cabe destacar que, nesse texto, pretendemos apenas levantar alguns poucos aspectos das trajetórias dos governadores do período, e dos assuntos que marcaram suas gestões, visto que cada um desses personagens merece um estudo específico de seu perfil, de suas relações familiares e sociais, e de seu governo, análises essas que não cabem nos limites de um artigo.

O primeiro governador a ser investigado é Francisco de Castro Morais, que já havia sido governador interino da capitania. Era irmão de Gregório de Castro Morais, que também governou o Rio de Janeiro, interinamente, de 1704 a 1705, e de 1709 a 1710. Francisco Morais interessou-se inicialmente em cuidar da defesa da cidade, o que se justificava pelos “factos que se davam de piratarias successivas por navios francezes e a política diplomática duvidosa e indecisa de Portugal com a França” (FREIRE, 1912, p. 420).

Apesar da preocupação com a defesa, foi exatamente nesse período que ocorreram as invasões francesas de Duclerc e Duguay-Trouin ao Rio de Janeiro, em 1710 e 1711, respectivamente, buscando se apossar da mais importante capitania da América Portuguesa no momento. Após a vitória da segunda invasão e do domínio da cidade pelas tropas de Duguay-Trouin, foi preciso pagar um resgate aos franceses para reaver o domínio português sobre o Rio de Janeiro e para que deixassem a capitania. Francisco Morais foi considerado culpado por não ter defendido corretamente a cidade, e foi até mesmo acusado de entregar a terra ao invasor.

Diferentemente de seu irmão, Gregório, que foi muito elogiado em suas breves passagens pelo Rio de Janeiro, Francisco Morais foi devassado, e assumiu a capitania Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que, na verdade, já se encontrava na América portuguesa. A carta patente de Antonio de Albuquerque para administrar o Rio data de março de 1709; mas, imediatamente ao chegar à América, foi para as Minas, e deixou como interino Gregório de Castro Morais. Com a separação da capitania do Rio da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, acabou se tornando o primeiro governador dessa nova capitania, recebendo ordens da Coroa para residir em São Paulo ou em Minas (MARTINS, 1988).

Quando soube da segunda invasão francesa ao Rio, desceu das Minas para a capitania fluminense, mas chegou depois do acordo feito por Francisco de Castro Morais com os corsários. Um dos maiores problemas enfrentados por Antonio foi “convencer os moradores, inclusive as autoridades civis e eclesiásticas, da necessidade de ressarcir os cofres régios do dinheiro que deles fora ‘tomado por empréstimo’ para o pagamento do resgate aos franceses” (FREIRE, 1912, p. 282). Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que ficou na gestão até 1713, passou a maior parte do tempo tentando recuperar a cidade após os ataques franceses.

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho era filho de fidalgo homônimo, e de Inês Maria Coelho. No Reino, foi comendador de Santa Maria de Cea e Vila Cova na Ordem de Cristo, e do senhorio do Couto de Outil, alcaide-mor de Sines, comenda de Santo Ildefonso do Val de Telhas, na Ordem de Avis, além de ter recebido diversas mercês e a donataria das capitanias de Santo André de Alcântara e de Santa Cruz de Camutá (MARTINS, 1988). Após a participação na administração da América portuguesa, foi capitão-general em Angola, entre 1721 e 1725, quando faleceu.

No ano de 1713, teve início a gestão de D. Francisco Xavier de Távora, filho do 2º Marquês de Távora, que se preocupou com os trabalhos de reparo das fortificações, como da ilha das Cobras, e de construção de fortes na capitania, como o forte da Laje, por

exemplo. Além disso, cuidou do julgamento e punição dos responsáveis pelas invasões francesas. Durante sua administração, teve conflitos com a Câmara e com o juiz de fora, a respeito da questão de doações de terras. Nesse processo,

Além do ex-governador, foram vários oficiais condenados à deportação para Angola. Passou então o Rio de Janeiro por um período de crise social de violências e assassinatos, destacando-se especialmente as rivalidades entre as três famílias – os Gurgéis, os Velhos e os Barbalhos – perturbadoras da ordem pública (CARVALHO, 1990, p. 45).

Xavier de Távora morreu em setembro de 1716, e após alguns meses de governo interino, ficou no seu lugar Antonio de Brito Freire de Meneses, que também faleceu prematuramente, em 1719. Durante sua breve administração, a Colônia do Sacramento foi recuperada, em consequência de tratados de paz. Por isso, tratou especialmente das fortalezas no sul da América portuguesa, mas também se ocupou com as fortificações do Rio. Iniciou-se ainda nesse período a colonização de Santa Catarina.

Não encontramos muitas informações sobre Antonio de Brito Freire de Meneses, mas sabemos que era filho de Francisco de Brito Freire, que foi comendador da Ordem de Cristo, e vice-almirante na província do Alentejo, no período de guerra com os espanhóis, além de ter sido almirante da Armada Real Portuguesa, em 1654, quando a mesma atacou Pernambuco, ocupada pelos holandeses, obtendo a vitória para a Coroa lusitana (ARAÚJO, 1820, pp. 136-137). O pai de Antonio foi ainda governador de Pernambuco, entre 1661 e 1664, e governador da cidade de Beja, em 1665.

Com a morte do governador Antonio de Brito, temos outro período de gestão interina, que é substituída pelo governo de Aires de Saldanha de Albuquerque, ainda no ano de 1719, que era filho de João de Saldanha de Albuquerque Matos Coutinho e Noronha, moço fidalgo.

Além de governador do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha, também moço fidalgo, como seu pai, foi gentil-homem da Câmara do Infante D. António, sargento-mor de batalha na torre de Belém, e comendador de Santa Maria de Castro Laboreiro, na Ordem de Cristo (PEREIRA; RODRIGUES, 1907, p. 112). Casou-se com D. Maria Leonor de Moscoso, dama da Rainha D. Mariana d'Áustria e filha de D. João Mascarenhas. Entre seus filhos, destaca-se Manuel de Saldanha de Albuquerque e Castro, 1.º Conde da Ega, capitão-general da Madeira, e vice-rei e governador da Índia, entre 1758 e 1765.

Na administração de Aires de Saldanha, inaugurou-se um período de realização de obras públicas, bastante ampliadas, posteriormente, no governo de Gomes Freire de Andrada. Como exemplos, temos o calçamento de várias ruas e o adiantamento das obras da Carioca. Para além disso, podemos destacar a repressão empreendida contra a pirataria, com a criação do imposto da “nau guarda-costa”, cobrado por negro importado e por navio que entrava no porto. Preocupou-se ainda com a fiscalização do caminho para as Minas, estabelecendo o registro na passagem do caminho novo (CARVALHO, 1990, p. 45).

Percebia-se, nesse momento, a necessidade de separação das capitânias de Minas e São Paulo. A mudança foi aceita pelo Conselho Ultramarino e aprovada por D. João V, que nomeou governadores diferentes para São Paulo e para Minas Gerais. Para a primeira foi escolhido Rodrigo César de Meneses, e para a última D. Lourenço de Almeida, e ambos assumiram os respectivos governos no ano seguinte.

Um outro problema central no governo de Aires de Saldanha foi a questão do Sul, pois os espanhóis não desistiam de buscar exercer jurisdição na Colônia do Sacramento, o que trazia dificuldades para a administração de Saldanha, que procurava garantir a posse dos territórios (FREIRE, 1912, pp. 481-486).

Aires de Saldanha de Albuquerque governou até 1725, quando deu lugar a Luiz Vahia Monteiro, cavaleiro da Ordem de Cristo e coronel de infantaria da praça de Chaves, que assumiu a administração em março do mesmo ano, e teve vários conflitos durante o seu governo. Vahia Monteiro, ou o “Onça”, como ficou conhecido – por ser considerado mau e perverso – chocou-se frontalmente com alguns importantes interesses de representantes locais (CAVALCANTE, 2006, p. 172).

A manutenção de guardas no litoral e a abertura de uma nova estrada entre São Paulo e Minas foram algumas das medidas implementadas por Vahia Monteiro com a finalidade de impedir o contrabando, mas esse permaneceu bastante forte. O governador chegou a informar ao rei que os ministros não cumpriam o seu dever, criando muitas dificuldades para instaurar uma devassa contra os criminosos.

Vahia Monteiro passou a acusar, sistematicamente, as autoridades ligadas à fiscalização de metais preciosos, especialmente a partir de 1729, quando foram encontradas jazidas de diamantes no Serro Frio. A fiscalização começou a ser então mais rigorosa nessa região, com a cobrança da capitação, e o governador afirmava que os responsáveis pelo controle estavam comprometidos nas movimentações ilegais. Entre eles, Luiz Vahia



Monteiro focava nos provedores de registros, dizendo que os mesmos eram cúmplices no furto de ouro<sup>1</sup>.

A partir dessas denúncias, Vahia Monteiro desencadeou a fúria de muitos grupos poderosos locais, pois também se desentendeu com beneditinos, camaristas e magistrados, entre outros. Até mesmo com homens de negócio o governador se indis pôs, ao apreender a correspondência desses indivíduos, e mandar prender diversos comerciantes, sempre buscando, de todas as maneiras, evitar os descaminhos de metais preciosos.

Obviamente, esses homens de negócio recorreram ao Conselho Ultramarino e ao procurador da Fazenda, que emitiram pareceres, em 1731, declarando que Vahia Monteiro estava violando cartas particulares, o que causava danos ao comércio. Além disso, o governador foi acusado de abuso de poder.

Vahia Monteiro foi ficando cada vez mais isolado, perdendo aliados e as disputas contra os grupos locais com os quais entrou em atritos, que faziam parte de importantes redes de poder, que, muitas vezes, chegavam até a Corte. Em decorrência desses muitos desentendimentos, Luiz Vahia Monteiro acabou sendo deposto pela Câmara, no ano de 1732 e, depois de um curto período de interinidade, com Manuel de Freitas da Fonseca, assume Gomes Freire de Andrada.

Gomes Freire, último governador que vamos citar nesse artigo, é um caso à parte. Primeiramente, por ter administrado a capitania do Rio de Janeiro por quase trinta anos (de abril de 1733 a 1 de janeiro de 1763, dia em que faleceu), tempo muito longo para exercer esse cargo, uma vez que a nomeação, pela carta patente dos governadores, era, em geral, para um período de quatro anos.

Em segundo lugar, pela extensa área territorial que o referido governo abrangeu, a partir de 1748, quando Gome Freire passou a ser responsável por toda a região centro-sul da América portuguesa<sup>2</sup>. O representante régio, que já atuava e se fazia presente constantemente nas Minas e em São Paulo, desde o início da sua gestão, começou a agir ativamente, na segunda metade do século XVIII, nas disputas desencadeadas entre as Coroas portuguesa e espanhola, no sul do território americano, principalmente a partir da assinatura do Tratado de Madri.

Nesse processo, interessa-nos perceber o motivo da escolha de Gomes Freire de Andrada para ocupar o cargo de governador da capitania fluminense. Como vimos acima,

---

<sup>1</sup> Carta de Luiz Vahia Monteiro para o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, sobre os descaminhos do ouro e sua arrecadação e necessidade de tempo para meter nos cofres. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1729. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, códice 80 – Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte (1718-1763), vol. 2, fl. 230v-231.

<sup>2</sup> Provisão de 10 de setembro de 1748. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, códice 952, vol. 34, f. 246.

todos os governadores nomeados, a partir do recorte que escolhemos estudar, preocupavam-se primordialmente com duas questões centrais: os metais preciosos, e tudo que os envolvia – fiscalização, contrabando, caminhos, arrecadação – e defesa da cidade e da região central e meridional da América portuguesa. Como também já analisamos, nem todos os representantes regiões escolhidos conseguiram levar a cabo, de forma bem-sucedida, a execução dessas tarefas.

Nesse sentido, e tendo em consideração a preocupação da Coroa lusa com uma maior racionalidade administrativa, a partir do reinado de D. João V, e especialmente a partir das décadas de 1720 e 1730, a escolha de administradores para regiões chave no ultramar americano, como o Rio de Janeiro, deveria ser bem pensada e estratégica, para preservar o território e garantir a arrecadação do ouro.

Gomes Freire de Andrada se encaixava, então, nesse perfil desejado. Pertencia a uma importante família, com tradição de serviço à Coroa portuguesa desde o século XIV. Ascendentes seus lutaram em Alcácer-Quibir, outros estiveram presentes na Guerra de Restauração, como Bernardino Freire de Andrada, pai de Gomes Freire, e Gomes Freire de Andrada, tio e homônimo do referido governador.

Ambos tiveram destacada trajetória administrativa, após a participação na guerra: o tio foi governador do Estado do Maranhão, entre 1684 e 1688, colaborando para o fim da Revolta de Beckman; e o pai foi governador de São Tomé e de Peniche, depois governador de Portalegre, em 1704 (GAYO, 1992), governador de armas no Alentejo, no ano de 1707, e ocupou ainda a posição de mestre de campo general, nos anos finais de sua vida, além de possuir um assento no Conselho Real (SOUSA, 1749, p. 528).

Em relação ao governador Gomes Freire, também ocupou outros postos, antes de ir para a capitania fluminense, e chegou a cursar até o terceiro ano de leis em Coimbra, “quando, rebentando a guerra, passou a servir no exército, na cavalaria, e chegou a ser feito prisioneiro” (VARNHAGEN, 1962, p. 182). A guerra referida é a Guerra de Sucessão Espanhola, na qual Gomes Freire comandou um dos regimentos. Serviu por 23 anos no regimento de Alentejo (1710-1733), chegando ao posto de capitão de cavalaria. Foi também sargento-mor do regimento de cavalaria de Alcântara, distrito de Lisboa.

Na sua gestão no Rio de Janeiro, realizou serviços de ordem religiosa, intelectual, política, administrativa e militar. Entre muitos outros feitos, concluiu a obra pública de abastecimento de água do aqueduto da Carioca (1744 a 1750), promoveu a construção do Palácio do Governo, da fonte pública da praça do Carmo, além do desenvolvimento de diversas congregações religiosas, como o convento de Nossa Senhora do Desterro, em Santa Tereza e, em 1739, os seminários de São José e de São Pedro. Em 1751, foi instituído o

Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, com alçada igual ao da Bahia, e Gomes Freire foi o primeiro presidente e regedor (CARVALHO, 1990, pp. 48-50).

Contudo, a atuação governativa de Gomes Freire na América portuguesa não pode ser resumida ao Rio, já que administrou paralelamente a capitania de Minas Gerais (1735-1752) e a de São Paulo (1737-1739) e, a partir de 1748, também as capitanias de Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e a Colônia do Sacramento, hoje parte do Uruguai, agregando, assim, a maior quantidade de poderes que um governador de capitania teve.

Nessa perspectiva, podemos corroborar, a partir dessa breve análise da trajetória de sete governadores do Rio de Janeiro, entre os anos de 1710 e 1763, a historiografia sobre o tema, como vimos no início do artigo, que destaca que a Coroa portuguesa buscava, como administradores, preferencialmente aristocratas, e aqueles que tivessem alguma experiência prévia na prestação de serviços. Na capitania fluminense tais características eram ainda mais importantes, visto que esse território, no século XVIII, era fundamental para a manutenção do Império, uma vez que funcionava como a principal ligação entre as Minas e a região meridional, em disputa com os espanhóis.

### Referências Bibliográficas

ABRIL, Victor Hugo. *Governadores Interinos: cotidiano administrativo e trajetórias no Rio de Janeiro (c.1705 - c.1750)*. História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015 (tese de doutorado).

ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil: with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*. California: University of California Press, 1968.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARAÚJO, Joze de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Historicas do Rio de janeiro e das províncias annexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*, tomo IV. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820.

BARTH, Fredrik (ed.). *Scale and social organization*. Oslo: Universitetsforlaget, 1978.

\_\_\_\_\_. *Process and form in social life*, vol. 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

BETHENCOURT, Francisco. A América portuguesa. In: \_\_\_\_\_; CHAUDHURI, Kirti (dirs.). *História da Expansão Portuguesa*, v. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

BICALHO, Maria Fernanda B. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_; GOUVÊA, Maria de Fátima S. A Construção Política do Território no Centro Sul da América Portuguesa. *História Histórias*, vol. 1, 2013.

\_\_\_\_\_; LIMA, D. T. Governo, Governadores e a Construção da Centralidade Territorial e Atlântica da Cidade do Rio de Janeiro nos Séculos XVII e XVIII. *Promontoria. Revista de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*, vol. 11, 2014.

BOXER, Charles Ralph. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Nova Fronteira, 2000.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. *Entre Drogas e Cachaça: A Política Colonial e as Tensões na América Portuguesa (1640-1710)*. Maceió: Edufal, 2009.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*, vol. 3. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de Mineiros. De como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado. 1693-1737*. História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002 (tese de doutorado).

CARVALHO, Delgado de. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990.

CAVALCANTE, Paulo. *Negócios de Trapaça: Caminhos e Descaminhos na América Portuguesa (1700-1750)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.

COSENTINO, Francisco Carlos. Perfil social e importância política dos governadores gerais do Estado do Brasil (1640-1705). *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial*, Natal, 2008.

\_\_\_\_\_. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII): Ofício, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Anablume: Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

\_\_\_\_\_; CUNHA, Mafalda Soares da; NUNES, António Castro; RAMINELLI, Ronald. Governadores reinóis e ultramarinos. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera; MEGIANI, Ana Paula (org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005.

\_\_\_\_\_; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. El gobierno del imperio portugués. Reclutamiento y jerarquía social de los gobernantes (1580-1808). In: CARDIM, Pedro;

- PALOS, Joan-Lluís (eds.). *El mundo de los virreys en las monarquías de España e Portugal*. Madrid-Frankfurt: Iberoamericana–Vervuert, 2012.
- DEMETRIO, Denise Vieira. *Senhores governadores: Artur de Sá e Meneses e Martim Correia Vasques*. Rio de Janeiro, c. 1697 - c. 1702. História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014 (tese de doutorado).
- FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolonial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos, século XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FIGUEIREDO, Luciano R. A. Antônio Rodrigues da Costa e os muitos perigos de vassallos aborrecidos (notas a respeito de um parecer do Conselho Ultramarino, 1732). In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira das (orgs.). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006.
- FRAGOSO, João. Nobreza Principal da Terra do Rio de Janeiro e o Atlântico (1600-1750). In: RODRIGUES, José Damião. (org.). Poder Local, Cidadania e Globalização. *Actas do Congresso Comemorativo dos 500 anos de Elevação da Ribeira Grande a Vila (1507-2007)*. Ribeira Grande, Câmara Municipal da Ribeira Grande, 2008.
- FREIRE, Felisbello. *História da cidade do Rio de Janeiro (1700 – 1808)*, vol. 2. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunaes, 1912.
- GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. I, tit. Andrade, Condes de Bobadella. Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1992.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770). *Estudos Econômicos*, n. 13, 1983.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: \_\_\_\_\_; FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. Conexões Imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola, ca. 1680-1730. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera; MEGIANI, Ana Paula (org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005.
- HESPANHA, António Manuel. A fazenda. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

\_\_\_\_\_. *Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milénio*. Madri: Editorial Tecnos, 1998.

KÜHN, Fábio. Uma fronteira do Império: o sul da América portuguesa na primeira metade do século XVIII. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa/Ponta Delgada, n. 8, 2007.

MACHADO, Lourival Gomes. Política e administração sob os últimos vice-reis. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. 2, tomo I. São Paulo: Bertrand Brasil, 1963.

MARTINS, Paulo Miguel. *Percorrendo o Oriente: A vida de António de Albuquerque Coelho (1682-1745)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. Governadores e capitães-mores do império atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera; MEGIANI, Ana Paula (org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005.

\_\_\_\_\_; CUNHA, Mafalda Soares da. Governadores e capitães mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: \_\_\_\_\_.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.). *Optima Pars: Elites IberoAmericanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.

OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. Aqueles que almejam governar: perfil e trajetória dos opositores ao posto de capitão-mor no Ceará e Rio Grande (1656-1755). *III Encontros Coloniais*, CCHLA – UFRN, 2016.

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme (dir.). *Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, vol. III. Lisboa: João Romano Torres, 1907.

PEREIRA, Marcos Aurélio de Paula. *Vivendo entre cafres: vida e política do Conde de Assumar no ultramar, 1688-1756*. História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009 (tese de doutorado).

RAMINELLI, Ronald J. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso brasileiro: 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n. 36. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, 1998a.

\_\_\_\_\_. Governantes e agentes. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dirs.). *História da Expansão Portuguesa*, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998b.

SAMPAIO, A. C. J. de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do Norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751 – 1780)*. São Paulo: AnnaBlume, 2011.

SILVA, Thiago R. da. *Secretários do Governo no Centro Sul da América Portuguesa - 1688-1750: Burocracia, segredo e missões*. História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013 (dissertação de mestrado).

SOUSA, Antonio Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo X. Lisboa: Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1749.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*, tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

WHITE, Robert Allan. *Gomes Freire de Andrada: Life and times of a brazilian colonial governor, 1688-1763*. Austin: University of Texas, 1972.



Recebido: 15 de outubro de 2017

Aprovado: 31 de outubro de 2017